
O ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO FORTALECIMENTO DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS: O CASO DO REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO BARRACÃO III DA USINA HIDRELÉTRICA MACHADINHO

NÉLSIS, Camila Magalhães ¹

Resumo: Certos aspectos do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Usina Hidrelétrica de Machadinho (UHE Machadinho) foram aprimorados a partir da participação dos atingidos. Este trabalho aborda o tema baseando-se na evolução da legislação ambiental, novos instrumentos de licenciamento, avaliações criteriosas dos órgãos fiscalizadores ambientais e maior inserção da população atingida.

Palavras-Chave: Estudo de Impacto Ambiental; Usina Hidrelétrica de Machadinho; Participação Social.

Abstract: Certain aspects of the Machadinho Hydropower Plant (MHP) Environmental Impact Assessment (EIA) were enhanced by the participation of the affected parties. The present study treats the theme based on evolution of environmental legislation, new licensing tools, careful assessment by the environmental regulatory agencies and greater integration of those affected.

Keywords: Environmental Impact Assessment, Machadinho Hydropower Plant; Social Participation.

INTRODUÇÃO

O EIA é um instrumento de planejamento, sua principal função é diagnosticar o ambiente que sofrerá interferência com a atividade a ser licenciada e instrumentalizar a aplicação eficiente dos recursos destinados à mitigação e/ou compensação dos futuros impactos identificados. Quando os impactos são negativos, o EIA deve oportunizar ao empreendedor o investimento na sustentabilidade, viabilizada pelo somatório de ações que garantam a recuperação, ou até mesmo a melhoria, das condições anteriores ao empreendimento.

A inserção de uma usina hidrelétrica poderá ocorrer de uma forma hostil ou participativa, conforme envolvimento dos grupos de interesse. As instalações de usinas, sobretudo as de médio e grande porte, que acarretam maiores impactos sociais, tornam a participação da população no diagnóstico imprescindível para apreender a realidade local. O descuido com a participação social pode gerar conflitos, tais como resistências ao projeto, confrontos e dificuldades de negociações com os diferentes grupos de interesses.

MÉTODOS

Este estudo partiu da hipótese de que no momento em que o EIA da UHE Machadinho foi elaborado e apresentado ao público, a participação social não foi incentivada para contribuir no diagnóstico e/ou referendar as medidas mitigatórias e compensatórias. A participação social ocorreu por iniciativa da população que, temerosa do que poderia ocorrer, viu-se obrigada a intervir, exigindo complementações no Estudo e participação no planejamento das medidas mitigatórias e compensatórias. O objetivo geral consistiu em conhecer se a medida compensatória “Remanejamento Populacional” (em particular o Reassentamento Rural Coletivo - RRC - Barracão III) foi fortalecida com a participação dos reassentados. E os objetivos específicos foram: a) apontar se o EIA previu todas as demandas sociais que surgiram com a instalação do empreendimento e, em caso negativo, saber como foram tratadas essas demandas não previstas; b) investigar, de acordo com os profissionais atuantes no RRC Barracão III e demais atores sociais envolvidos, se as medidas previstas potencializaram as condições de vida dos reassentados e, em caso positivo, como isto ocorreu.

A relevância deste estudo está na abordagem de um tema que possui origem no modelo de desenvolvimento econômico adotado por uma sociedade, que apenas recentemente discute parâmetros para o desenvolvimento sustentável. Uma das consequências do modelo econômico em vigor é a maior demanda por energia, maior necessidade de UHEs, maiores alagamentos de áreas verdes e agricultáveis e maiores deslocamentos populacionais compulsórios. São questões socioambientais originadas de um modelo econômico que precisa se alinhar urgentemente com a sustentabilidade ambiental, no sentido de preservar ao longo do tempo qualquer espécie de vida e de

recursos naturais. A metodologia para o desenvolvimento da monografia envolveu a revisão bibliográfica, a pesquisa documental de estudos relacionados à UHE Machadinho e uma pesquisa qualitativa, cujo instrumento foi a entrevista semiestruturada com reassentados e profissionais envolvidos no processo de implantação do RRC Barracão III.

REVISÃO DO ESTADO DE ARTE

A energia gerada pelas UHEs corresponde a 75% da energia instalada no país, formando, assim, a principal matriz energética brasileira. Por outro lado, de acordo com Ortiz & Paim (2006), no mundo todo, as usinas são responsáveis pelo deslocamento compulsório de aproximadamente um milhão de pessoas de seus lares e inundação de mais de 34 mil km² de terras férteis, florestas e regiões ribeirinhas. Elas geram, conforme as autoras supracitadas, Bloemer *apud* Reis & Bloemer (2001) e Borenstein & Camargo (1997), o pior impacto social ocasionado por usinas hidrelétricas: o deslocamento populacional compulsório. Além da perda do potencial agrícola dos solos; a inviabilização da aplicação dos mesmos procedimentos agrícolas pelo fato da vazante natural ser substituída por uma artificial, cujas subidas e descidas são controladas pela empresa dentro do princípio de maximização de energia; perda do controle das águas pela construção do reservatório e operação da barragem, que subvertem as referências sociais das populações ribeirinhas no que tange ao calendário agrícola, pesca tradicional e festas (profanas ou religiosas), organizadas em função do regime do rio. Reis & Bloemer (2001) revelam outros, como: a segmentação de laços socioeconômicos, culturais e afetivos para com a localidade e os moradores; a transformação de hábitos pelo advento de inúmeros trabalhadores estranhos à localidade, os chamados “barrageiros”; abalos psicológicos pela insegurança quanto ao futuro e desgastes em negociações indenizatórias passíveis de perdas patrimoniais. As UHEs ainda podem comprometer sítios arqueológicos, aldeias indígenas, reservas e parques ecológicos.

Verifica-se que o atual arranjo institucional do setor elétrico possui muitos desafios para responder aos impactos ocasionados por UHEs, dentre os quais: a falta de planejamento adequado do governo; a necessidade de clareza sobre qual esfera governamental (federal ou estadual) tem autoridade legal para emitir licenças

ambientais; os atrasos na emissão dos termos de referência para o EIA exigido pela legislação; a má qualidade dos EIAs preparados pelos proponentes do projeto; as avaliações inconsistentes dos EIAs; a ausência de um sistema adequado para resolução de conflitos; a falta de regras claras para a compensação social e de profissionais da área social no órgão ambiental federal; o limitado planejamento das bacias hidrográficas, de estudos de inventário e de estudos de viabilidade; e a necessidade de fortalecimento da agência reguladora e de um marco legal, que preserve o cumprimento dos contratos firmados (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 6).

As soluções propostas para os problemas decorrentes de UHEs deveriam passar pelo questionamento sobre o papel dos grandes projetos energéticos. Isto, invariavelmente, implicaria em questionar a própria estrutura de desenvolvimento adotada. Enquanto os questionamentos não chegam a esta profundidade, Reis & Bloemer (2001) observam a confluência crítica entre as políticas sociais e empresariais diante dos interesses em jogo, e compartilhamento entre atingidos do ônus, ou seja, dos custos sociais advindos da instalação de UHEs. Em que pese os avanços da legislação ambiental, com a incorporação do EIA a mesma, deve-se frisar que a participação dos atingidos neste processo ainda demanda maior atuação de órgãos fiscalizadores do Estado contra possíveis abusos cometidos a população local últimos em nome do interesse nacional.

As respostas às demandas da população devem buscar fortalecer as políticas locais para alcançarem bons níveis de efetividade. São essas políticas locais que respaldarão, ao longo do tempo, muitas das necessidades do público atingido (remanescente ou remanejado) para readaptação às novas condições de vida em termos de reinserção habitacional no mercado de trabalho, no sistema escolar, de saúde, lazer, entre outros. Neste sentido, incluí-se também o público remanescente, visto que, nem sempre, as condições de vida antes existentes permanecem as mesmas devido às diversas modificações trazidas pelo empreendimento. A história das UHEs no país mostra que a participação social nesses processos é uma conquista a duras penas. Além da participação social, os modelos de construção dos reassentamentos também passaram por várias discussões conceituais, e, hoje, tentam reproduzir no novo local as condições similares ou melhores àquelas vivenciadas pela população no seu local de origem.

O planejamento da UHE Machadinho remete-se à década de 1960, quando passou a se observar tecnicamente o potencial a Bacia do Rio Uruguai para a geração de energia na região Sul. O EIA apontava que 5.670 hectares seriam inundados com sua construção, nesta área havia 1.080 propriedades e 1.534 famílias, sendo que 754 famílias eram residentes. O documento indicava como principais impactos socioeconômicos derivados da usina: as mudanças na organização social, a alteração dos núcleos urbanos, o agravamento do setor de saúde, a alteração nas atividades econômicas, a supressão da infraestrutura e a perda do patrimônio arqueológico.

O diagnóstico do EIA apresentava a propriedade rural original a partir do seu significado sociocultural e como um elemento de identidade familiar, extrapolando o sentido meramente econômico da mesma. A maior parte das propriedades era similar a ranchos simples e cento e dez residências não eram providas de energia elétrica. A mão de obra desses minifúndios era familiar e as principais culturas eram as de milho, soja, feijão, aipim, hortas e pomares. Alguns agricultores estavam iniciando a diversificação das culturas com a introdução do tomate, para ser comercializado em Piratuba (SC). As principais criações eram as de gado bovino, suínos e aves. No entanto, a atividade agropecuária era voltada basicamente à subsistência da família produtora. O EIA retratava a região bastante ocupada e com um crescimento vegetativo das famílias, que as levava a uma subdivisão de lotes até o limite, tornando impossível a subsistência sem o empobrecimento do grupo familiar. Assim, verificava-se a saída de muitos jovens e idosos da região em direção às zonas urbanas. O primeiro grupo orientava-se por alternativas de trabalho e o segundo, já sem condições físicas para o labor no campo, pela comodidade e proximidade com os serviços de saúde. Durante a época de elaboração dos estudos ambientais, houve embates entre a empresa responsável e a população que resultaram na mudança do eixo da barragem, preservando, assim, a região ocupada do vale do rio Apuê e evitando a grande magnitude dos impactos sociais inicialmente dimensionados.

RESULTADOS

Por meio das entrevistas e visita ao local, verificou-se que houve uma preocupação com a forma de produção familiar, que se tornou mais aprimorada e

adaptada ao novo contexto geográfico. Para causar menos impactos aos modos de vida dos atingidos e permiti-los seguirem com a mesma base econômica, o RRC Barracão III foi construído numa região próxima ao de origem dos atingidos. Os lotes têm tamanhos semelhantes aos originais e foram distribuídos conforme cálculos que determinavam a Força de Trabalho da Família, ou seja, a capacidade laboral familiar para torná-los produtivos. As casas construídas são de alvenaria, com a possibilidade de ampliação das mesmas, inferindo uma melhoria nas condições de vida dos reassentados. O sistema de esgotamento sanitário no RRC Barracão III é formado por fossas sépticas, todas as casas possuem energia elétrica, água (pelo sistema de bombeamento do poço artesiano) e telefonia. Portanto, um conjunto de serviços que antes não era acessível a todos, como relatado no diagnóstico do EIA. Inclusive, ressalta-se a caixa d' água como inovação trazida para o cotidiano de muitos reassentados, melhorando as condições sanitárias da família. Todavia, não há coleta de lixo no reassentamento ou em parte alguma da zona rural do município. Houve a reconstrução dos espaços sociais que os atingidos tinham em seus antigos núcleos comunitários: espaços para esportes, lazer, clube de mães, associações de moradores, igrejas; e criação de novos, como: o salão de festas com churrasqueira, copa e cozinha. A associação de moradores, embora no início da construção do reassentamento (2003) fosse considerada uma instância de decisão entre os reassentados, atualmente (2009) está distante dos mesmos e de suas funções como entidade de integração e promoção do desenvolvimento comunitário. Já o clube de mães é bastante utilizado pelas mulheres, assim como as igrejas são pelas famílias; a religiosidade mostrou-se como um fator de união entre as mesmas, mesmo verificando-se a diversidade religiosa com a presença de três entidades distintas no RCC Barracão III.

Como forma de enfrentamento aos movimentos de saída dos jovens da zona rural, evidenciado no diagnóstico do EIA, destinou-se aos reassentados por meio do Subprograma de Assistência Técnico Agrícola e Social (que findaria em 2008, mas por deliberalidade do empreendedor um técnico agropecuário continuava atuando na área até o ano de 2009) diversos incentivos financeiros (verbas para a primeira safra e de manutenção), materiais (insumos, maquinário e silo) e cursos de capacitação e aperfeiçoamento para o trabalho. Este Subprograma, bem como todos os incentivos financeiros e materiais foram consideradas importantes medidas para o RCC Barracão

III pelos entrevistados, dando-lhes: maior capacitação para o trabalho rural; emancipação econômica, passando do plantio de subsistência para maior mercantilização da produção com as cooperativas da região; oportunidade de mecanização do trabalho, oferecendo aos reassentados mais tempo livre para se dedicar a outras atividades; melhoria dos rendimentos em consequência da maior quantidade produzida e maior diversificação das culturas.

No RRC Barracão III os tipos de culturas e de criações sofreram algumas pequenas modificações em relação às originalmente trabalhadas, mas significativas, passando a cultivar soja e milho em maiores quantidades, com algumas famílias optando pelo feijão na safra de verão, e aveia e azevém, além do trigo, por algumas famílias, na safra de inverno. Cita-se, ainda, a maior produção de leite com fins comerciais. Essas transformações deram às famílias condições de emancipação financeira, que, associadas ao tempo livre permitido pela mecanização, puderam usufruir o tempo para investir em estudos ou em outras atividades que lhes interessem. No entanto, foi relatado por um dos casais entrevistados que, mesmo que os filhos estudem para continuar e até aprimorar o trabalho dos pais na propriedade, em geral os jovens não retornam para o trabalho na propriedade devido à resistência dos pais às inovações trazidas pelos filhos; Ressaltaram, ainda, as limitações envolvidas em subdividir os lotes familiares para absorver a demanda dos filhos por trabalho e sustentar a todos igualmente. Consequentemente, as opções indicadas no EIA eram e continuam sendo como relataram os entrevistados, a saída dos filhos da propriedade em busca de outras oportunidades de trabalho.

Outro importante aspecto relacionado à agricultura no RCC Barracão III foi a incorporação da produção de alguns agricultores reassentados na composição da Cesta Básica fornecida aos municípios via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), assim como a inserção e maior proximidade dos agricultores com o seu sindicato de classe, situação que não era demonstrada no diagnóstico do EIA para todos os municípios indiretamente atingidos.

Deve-se observar a inclusão de quase todos os trabalhadores rurais nos créditos ofertados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) por incentivo da equipe do Subprograma de Assistência Técnica Agrícola, oportunizando, assim, investimentos na produção da propriedade.

A presença da escola no RRC Barracão III deu aos estudantes maior facilidade de acesso à escola. Embora a análise sobre a distância entre a residência do aluno e a escola não esteja incluída no diagnóstico do EIA, sabe-se que ela influencia no índice de evasão escolar, principalmente quando não há transporte escolar satisfatório para atender a toda rede de ensino. Portanto, a construção de escolas nos reassentamentos, além de não sobrecarregar as unidades municipais existentes, permitiu maior acesso dos estudantes às mesmas ao diminuir distâncias.

Em termos de atendimento à saúde também é observada melhoria significativa pelos entrevistados. Com base nos relatos das entrevistas, os serviços de saúde eram muito distantes das propriedades, o que dificultava enormemente os cuidados com a saúde. Com o RRC instalado próximo ao posto de saúde e com o atendimento móvel oportunizado pela compra de um veículo equipado para tal, a empresa empreendedora, além de melhorar as condições para atendimento da população, também auxiliou para não sobrecarregar a rede pública municipal.

Conforme o diagnóstico do EIA, os serviços sociais (educação, saúde, assistência social) eram ofertados de modo insuficiente para atender à demanda existente. Com a escola do RRC, transporte escolar, proximidade com o posto de saúde municipal, unidade móvel de saúde e o Subprograma de Técnico Agrícola e Social, os problemas envolvendo esses serviços diminuíram substancialmente. Paralelamente, a existência desta infraestrutura e serviços disponíveis aos reassentados permitiram o fortalecimento das políticas sociais, educacionais, de saúde e agrícolas no município.

Essas melhorias foram consideradas justas pelos entrevistados reassentados, pois não receberam indenização por suas propriedades e benfeitorias e, em consequência, não pagariam pela estrutura, serviços recebidos no RCC Barracão III, em contrapartida comprometeram-se a não vender a propriedade por um determinado período de tempo. Os mesmos ainda citaram que a preocupação em não modificar radicalmente o contexto socioeconômico e cultural das famílias foi uma importante prerrogativa para a readaptação familiar e comunitária.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi muito atuante durante as negociações entre os atingidos e o empreendedor do momento de elaboração do Termo de Acordo Coletivo e gerenciamento da construção do RRC Barracão III. Contudo, divergências entre o Movimento e atingidos ocorreram devido à baixa qualidade das

construções diante dos recursos disponibilizados pelo empreendedor e dificuldades de organizar o esquema de trabalho na construção. Isto provocou a saída do Movimento do local e o chamamento para que a própria empresa se responsabilizasse pelo término das obras. O despreparo para a gestão dos bens coletivos por parte da Associação de Moradores, ocasionou a venda do maquinário e silo comunitários construídos pela empresa e que haviam sido entregues à Entidade para administrá-los. Entretanto, a ausência de requisitos básicos preparatórios para o trabalho em grupo pode ter sido impeditivo para avançar como um grupo cooperado, fazendo com que optassem por soluções individualizadas, como a venda do silo e do maquinário, e repartissem entre os moradores o valor arrecadado com a venda. O trabalho em sistema cooperativo exige transformações no modo de trabalho que são lentas e necessitam de suporte profissional. O período entre a aquisição dos bens e a venda foi relativamente curto para que neste interstício pudessem ser aprofundadas perspectivas para trabalhar coletivamente. Neste caso, a empresa tentou oportunizar aos reassentados condições de crescimento como grupo produtor e a organização em cooperativismo, foram dadas as ferramentas ao grupo, mas não o preparo emocional, técnico e profissionalizante específicos para a recepção de novas formas de trabalho em grupo, uma vez que são bastante fortes as características de unidade produtora familiar. O grupo de reassentados vê-se, agora, alugando o mesmo maquinário que venderam por um custo maior, agregando custos à produção e aumentando o seu valor no mercado.

DISCUSSÃO

Depreende desta exposição o quanto a participação social, por meio do MAB em um primeiro momento, mas, depois, por meio dos próprios reassentados, foi importante para determinar as condições de vida que eles possuem hoje. Mesmo que tenham cometido possíveis “enganos” ou “precipitações” com a venda do silo e do maquinário, são processos que fazem parte de experiências coletivas necessárias para entender como agir no planejamento da reconstrução de modos de vida.

Muitos dos percalços vivenciados pelos reassentados do RRC Barracão III originaram-se em uma esfera muito distante da realidade cotidiana dos mesmos. Originaram-se, como bem retratado no Relatório do Banco Mundial (2008), na falta de

normatização da participação social para contribuir no diagnóstico dos EIAs, bem como para referendá-los; da ausência de normas específicas para as compensações sociais; da ausência de profissionais da área socioeconômica nos órgãos ambientais, principalmente federal, entre outras apontados por tal Relatório. O objetivo último do EIA deve ser a escolha da melhor alternativa locacional do empreendimento considerando os menores impactos e as melhores soluções. A criminalização dos movimentos sociais igualmente necessita ser vista com reservas diante das deficiências de recursos humanos sem formação apropriada para tratar de questões sociais nas instâncias que deveriam analisar cuidadosamente as reivindicações dos atingidos. Diante dos desafios que emperram a participação social na construção de EIAs, têm-se no exemplo do RCC Barracão III a inferência de que o planejamento da reconstrução dos modos de vida necessita de um tempo que é superior ao tempo de construção de uma usina, são tempos que variam conforme os aspectos do grupo envolvido, do contexto regional, social, cultural e econômico.

CONCLUSÃO

SABER ACADÊMICO

Face ao exposto, pode-se dizer que o estudo ora apresentado referendou sua hipótese inicial, constatando que a medida de compensação (Remanejamento Populacional – RRC Barracão III) foi fortalecida pela participação social que influenciou na mudança do eixo original do barramento da Usina; na elaboração do Termo de Acordo Coletivo, na inserção de beneficiários que em um primeiro momento foram considerados como não portadores de direito para tal; na construção de equipamentos sociais e residenciais, via MAB e futuros reassentados, originando a distribuição de recursos excedentes do valor global das obras, o qual havia sido repassado pela empresa à associação de moradores, e desta ao grupo reassentado; na doação de materiais para a escola do reassentamento; na decisão sobre como seria cobrado o consumo de água; na adesão aos cursos de capacitação e de especialização para o trabalho rural e em um início de gestão coletiva de bens, mesmo que de forma incipiente, que deu ao grupo autonomia para decidir sobre o que queriam fazer com os recursos materiais obtidos por meio do convênio com a empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. **Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil** - Uma Contribuição para o Debate. (Em três volumes): Volume I: Relatório Síntese. Escritório do BM no Brasil, Estudo Econômico e Setorial, Região da América latina e do Caribe. 28 de março de 2008. Disponível em:

<siteresources.worldbank.org/INTLACBRAZILINPOR>. Acesso em: 30 de agosto de 2008.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. **Mercado de Energia Elétrica 2006 – 2015**. Rio de Janeiro: Empresa de Pesquisa Energética, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Coord. Sandra Julein Miranda. São Paulo: Rideel, 2001. 1º ed.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2006. Biblioteca Básica / Serviço Social; v. 2.

BORENSTEIN, C.R.; CAMARGO, C. de. **O Setor Elétrico no Brasil: Dos Desafios do Passado às Alternativas do Futuro**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1997. 1º ed.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S/A. **Usina Hidrelétrica Machadinho** – Estudos Socioeconômicos: Situação Atual e Análise das Repercussões da Formação do Reservatório. Florianópolis: Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A, 1980.

_____. **Usina Hidrelétrica Machadinho** - Estudo de Impacto Ambiental - EIA. Florianópolis: Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A, 1980.

_____. **Usina Hidrelétrica Machadinho** – Relatório de Estudo de Impacto Ambiental - RIMA. Florianópolis: Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A, 1980.

GOLDEMBERG, J.; VILLANUEVA, L. D. **Energia, Meio Ambiente & Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003. (Trad. André Kouch - 2 ed. rev.).

MACHADINHO ENERGÉTICA S/A. **Programas do PBA**. Disponível em: <<http://www.maesa.com.br/index.html>>. Acesso em: 02 de abril de 2009.

ORTIZ, L. S. & PAIM, E. S. (Coord.). **Hidrelétricas da Bacia do rio Uruguai: Guia para ONG's e Movimentos Sociais**. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra, 2006.

REIS, M.J.; BLOEMER, N.M.S. (Org). **Hidrelétricas e Populações Locais**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

SCHERER-WARREN.I. **Movimentos Sociais**: Um Ensaio de Interpretação Sociológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

SIQUEIRA, J. D.P. *et al.* **Curso de EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental**. Centro de Excelência em Meio Ambiente e Energia S/S Ltda. Curitiba, 2007.

¹ Assistente Social, Especialista em Gestão Ambiental e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Texto Recebido em 11 de outubro de 2010.

Aprovado em 10 de dezembro de 2010.

SABER ACADÊMICO